

PERSPECTIVAS PARA PENSAR AS INTER-RELAÇÕES ENTRE SUJEITOS COMUNICANTES E MÍDIAS DIGITAIS NA CONSTITUIÇÃO DE CIDADANIA COMUNICATIVA

Perspectives to think the interconnections among communicative subjects and digital media in the constitution of communicative citizenship

Lívia Saggin*
Jiani Adriana Bonin**

RESUMO

Neste texto, propomos recuperar e problematizar abordagens teóricas, para pensar as ações comunicativas dos sujeitos nas mídias digitais e suas possibilidades, para gerar práticas que renovam os processos

* Doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Membro do grupo de pesquisa “Processocom”. E-mail: liviasaggin@gmail.com

** Professora-pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil. Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. Coordenadora do grupo de pesquisa “Processocom”. Pesquisadora na Rede Temática Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (Rede Amlat). E-mail: jianiab@gmail.com

Revisor técnico: Isabete Polidoro Lima

Data da submissão: 20/9/2017

Data do aceite: 15/10/2017

Última alteração efetivada: 15/10/2017

contemporâneos de constituição da cidadania, no âmbito comunicacional. No itinerário da reflexão proposta, exploramos, inicialmente, elementos para alicerçar uma compreensão dos sujeitos e de seu papel nos processos comunicativos, considerando transformações impulsionadas pela midiaticização, particularmente aquelas vinculadas à digitalização. Exploramos as possibilidades abertas pelas mídias digitais, para a produção comunicativa dos sujeitos e refletimos sobre suas potencialidades, para a constituição e o exercício de cidadania, à luz de perspectivas que buscam fundamentar a noção de cidadania comunicativa. Finalmente, examinamos possibilidades para a ampliação destas potencialidades, a partir de propostas educomunicativas, que se articulam à perspectiva da cidadania comunicativa.

Palavras-chave: Mídias digitais. Sujeitos comunicantes. Cidadania comunicativa. Apropriações midiáticas. Educomunicação.

ABSTRACT

In this text, we propose to recover and problematize theoretical approaches to think the communicative actions of subjects in the digital media and its possibilities to generate practices that renew the contemporary processes that constitute citizenship in the communication space. In the developing of the reflection, we explore, initially, elements to establish a comprehension of the subjects and its roles in the communicative processes, considering transformations driven by mediatization, particularly those related to digitalization. We explore the possibilities opened by digital media for the communicative production of the subjects and reflect about their potentialities for the constitution and exercise of the citizenship, guided by perspectives that aim to ground the communicative citizenship notion. Finally, we examine possibilities to enlarge those potentialities starting from educommunicative proposals that are articulated to the communicative citizenship perspective.

Keywords: Digital media. Communicative subjects. Communicative citizenship. Media appropriations. Educommunication.

Introdução

Observamos, atualmente, transformações na esfera dos vínculos dos sujeitos com as mídias que trazem a marca dos processos de midiaticização. No cenário contemporâneo, essas mudanças

ganham novos dinamismos com o advento da comunicação digital. Progressivamente, dissemina-se entre as pessoas o domínio de recursos e de práticas de produção tecnológica de comunicação. Constituem-se formas de produção e de compartilhamento de produtos culturais digitalizados renovadas, que exigem uma redefinição do lugar dos sujeitos, tradicionalmente denominados de receptores, nos processos midiáticos. Essas transformações colocam desafios à pesquisa comunicacional, entre eles o da formulação de perspectivas teórico-metodológicas, que possam colaborar produtivamente para a sua compreensão. (BONIN, 2014; MALDONADO, 2014).

Considerando este desafio, nosso objetivo neste texto é pensar as ações comunicacionais dos sujeitos nas mídias digitais problematizando, em particular, as possibilidades que abrem para gerar práticas que renovam os processos contemporâneos de construção e de exercício da cidadania, em diversos âmbitos. Propomo-nos a pensar tais possibilidades a partir da comunicação, o que nos leva a explorar perspectivas para fundamentar uma noção de cidadania comunicacional, que inclua a problematização de possibilidades e contradições destas práticas comunicativas digitais. Essa cidadania comunicativa pode ser potencializada pelo desenvolvimento de processos educomunicativos voltados ao desenvolvimento de uma *práxis* comunicacional crítica, questão que também exploramos ao final do itinerário da reflexão aqui proposta.

1 Desconstruindo o *receptor* para pensar o *sujeito comunicante* e sua produção comunicativa nas mídias digitais

Para pensar as apropriações comunicativas das mídias digitais pelas pessoas no contexto contemporâneo, partimos de um questionamento profundo de certas perspectivas, que orientaram a pesquisa de recepção e a noção do *receptor*. Lembramos que esta noção surgiu epistêmica e teoricamente orientada pelo funcionalismo, no âmago da pesquisa administrativa estadunidense e se fundamentou num esquema linear de comunicação. Nessa perspectiva, o sujeito foi situado numa relação de alteridade, como parte de um público afastado das esferas de produção da comunicação. Sua ação, concebida a partir de pressupostos informados pelo *behaviorismo*, foi reduzida à reação a estímulos midiáticos influentes e/ou persuasivos. Sociologicamente, seu lugar foi pensado a partir de noções de massa e de multidão, como parte de aglomerações que representariam transformações da vida urbana e a dissolução dos laços sociais tradicionais; também como indivíduos assujeitados a uma estrutura sistêmica funcional,

abstraída da história. Os processos comunicacionais foram reduzidos à transmissão de mensagens e suas dissonâncias pensadas, a partir da noção de *ruído*. (MALDONADO, 2014).

Outras vertentes ampliaram a compreensão do receptor. É o caso dos *estudos culturais* que, em suas propostas críticas, geraram uma complexificação do entendimento da atividade e do lugar dos sujeitos nos processos comunicacionais. A partir de perspectivas desenvolvidas nesta vertente, os sujeitos foram concebidos como produtores de sentido nos processos de recepção; foram situados em contextos socioculturais concretos, cujas configurações foram reconhecidas como constitutivas de suas significações.¹ Em contrapartida, estudos fundamentados nesta linha também derivaram para concepções de um “receptor” *soberano*, com poder integral de decisão sobre suas formas de consumo aproximando-se, de certo modo, à concepção de sujeito proposta na hipótese dos usos e das gratificações formuladas, no âmbito do paradigma funcionalista norte-americano.²

A perspectiva que formulamos para pensar os sujeitos em inter-relação com as mídias se nutre de contribuições desenvolvidas na história dos estudos em recepção, mas também as amplia e redefine, dadas as novas condições de produção e as possibilidades de produção comunicativa que se apresentam, com o advento das mídias digitais. Trabalhamos, também, a partir de propostas de investigadores cujos esforços têm-se voltado à compreensão da produção comunicativa dos sujeitos e que consideram e problematizam as características destas esferas no universo contemporâneo.

Partimos do entendimento de que as relações dos sujeitos com as mídias precisam ser situadas no âmbito do processo de midiaticização, considerando que a expansão sistêmica das mídias levou à sua penetração, nos diversos campos e nas esferas sociais e à reconfiguração de suas lógicas.³ Este processo extrapola as fronteiras midiáticas, entrelaçando-se às formas de produção comunicativa dos sujeitos que potencialmente criam, reconstroem e modificam práticas sociais e comunicacionais, também a partir dos contextos concretos em que vivem, de seus referentes culturais e simbólicos e de seus particulares modos de vida. (MALDONADO, 2014; BONIN, 2015).

¹ É o caso, por exemplo, das propostas desenvolvidas e das investigações realizadas por Stuart Hall e Richard Hoggart, pesquisadores importantes desta vertente. (HALL, 2009; HOGGART, 1973).

² Atualmente, as possibilidades de escolha entre as diversas opções midiáticas abertas pela internet também potencializaram esse tipo de concepção, ainda que a ela caibam questionamentos, como refletiremos no decorrer deste texto.

³ É preciso reconhecer, no entanto, que sua incidência e suas consequências se dão de formas distintas nos diversos campos sociais e domínios da experiência. (MATA, 2006; VERÓN, 2014).

Os processos de produção comunicativa dos sujeitos são aqui pensados a partir da perspectiva de que o mundo da produção de sentidos não é mecanicamente ordenado, senão múltiplo, caótico, marcando distanciamento da ideia de recepção passiva de matriz estruturalista. As vinculações existentes entre as pessoas e as vastas gamas de configurações socioculturais não se dão de maneira direta, senão em processos marcados pela complexidade, produzindo sujeitos com singularidades. As apropriações midiáticas dos sujeitos se articulam à multiplicidade de dimensões constitutivas de suas realidades: histórica, cultural, social, ética, política, tecnológica, psicológica e semiótica.⁴

Pensamos, por conseguinte, os sujeitos que estabelecem vínculos com as mídias, como sujeitos comunicantes. Na compreensão medular desta proposta, eles não são nem receptores reprodutores de lógicas comunicacionais/midiáticas hegemônicas, nem dotados de soberania integral sobre as mesmas. Configuram-se num jogo multidimensional complexo, em que ora podem ser reprodutores, ora inventores e transgressores comunicacionais.

Contemporaneamente, a midiáticação ganha configurações renovadas com a expansão dos processos de comunicação digital. Entre outras transformações, este contexto inaugurou possibilidades inéditas para a produção comunicativa dos sujeitos, ampliando seu alcance e suas articulações espaço-temporais. Potencializou a disseminação e o domínio de recursos digitais e a expansão de competências de produção comunicacional neste ambiente. Abriu possibilidades de renovadas formas de vinculação social, a partir da constituição de redes e de comunidades digitais. Redefiniu e ampliou as possibilidades de ação comunicacional de sujeitos e coletivos vinculadas à constituição e ao exercício da cidadania.

Este contexto exige o alargamento da compreensão das ações comunicativas e do lugar dos sujeitos nos processos comunicacionais/midiáticos, especialmente dentro das potencialidades ofertadas pelas mídias digitais. Compartilhando aspectos desde a perspectiva de Moglen (2012), enxergamos no universo comunicacional digital aberturas à participação, à criação e ao compartilhamento cultural e comunicacional das pessoas que abrem possibilidades produtivas para a instauração de processos de construção da cidadania, no campo comunicacional e para a constituição dos sujeitos como *cidadãos comunicantes*, como discutimos na sequência.

⁴ O risco que investigações correm ao não reconhecer estas múltiplas dimensões – que na perspectiva de Martín Barbero (2009) foram problematizadas como mediações e que aqui pensamos como multimediasções formadoras dos sujeitos – é de empreender um movimento analítico pouco aprofundado e incapaz de produzir um entendimento produtivo dos sujeitos contemporâneos.

2 Pensar a cidadania no âmbito da comunicação digital

Em *A sociedade em rede*, Castells (2011) constrói uma compreensão da natureza da sociedade contemporânea como conturbada, configurada por mudanças drásticas nas dinâmicas econômicas, pelo advento irrefreável do capitalismo, da economia criminosa, da globalização, pela aproximação e interpenetração de culturas distintas, por choques culturais, etc. Esses elementos geram uma sensação de desorientação, que se confronta, ainda, com o surgimento e a vivência de um novo paradigma comunicacional, a partir da passagem da comunicação de massa a modelos em rede, mais horizontais e dissipados.

Neste contexto, as experiências socioculturais possibilitadas pela comunicação digital modificam profundamente a realidade das pessoas a partir da virtualização, das alterações nas noções de espaço-tempo, das formas de viver e conceber o real. A configuração dos espaços digitais potencializa chances de uma multiplicidade participativa, a partir da constituição de um espaço no qual distintas posturas, visões de mundo, formas de entender a organização sociopolítica podem confluir, coexistir e debater de maneira mais horizontal.

Em afinidade com a expansão das mídias digitais, novas formas de ação-cidadã emergem no âmbito dos atuais movimentos e manifestações sociocomunicativas, como os analisados por Castells (2013), em *Redes de indignação e esperança*. As investigações do autor revelam que os processos de comunicação digital possibilitam e impulsionam a participação dos indivíduos nestes movimentos.

Ao observarmos diferentes movimentos sociocomunicacionais, incluindo os estudados por Castells (2013), vemos que o papel das tecnologias de comunicação digital não pode ser pensado a partir de uma perspectiva determinista. Elas não detêm lugar exclusivo na moldagem de práticas e ações destes movimentos, ainda que devam ser entendidas como constitutivas dos mesmos. Embora o desenvolvimento da comunicação digital tenha inegável contribuição para as conquistas populares das últimas décadas, é necessário considerar os contextos socioculturais e políticos, como despertadores de determinados processos organizados em rede.

Nesse âmbito, são fatores implicados nas movimentações sociocomunicacionais de ordem transformadora: o esgotamento da crença na democracia liberal representativa; a crise de representação e legitimação política; o fracasso do modelo baseado em um fundamentalismo do mercado, propulsor de graves crises financeiras, e a percepção, por parte do conjunto social, da cumplicidade entre elites financeiras e políticas,

entre outros. Diante destes cenários, emergem consciências coletivas que compreendem que parte das dificuldades e dos obstáculos cotidianos evidenciam a presença de um conjunto sistêmico, profundo e enraizado que conforma uma estrutura social em entropia.

Essas condições econômicas, sociais e políticas enfrentadas são formadoras de um contexto que conflui com a constituição de novas redes sociais proporcionadas pelo ambiente digital e que ganham proeminência nos processos revolucionários, podendo ser catalisadoras de movimentos de transformação.

Ao observar movimentos sociocomunicacionais contemporâneos, é possível ver expressar-se uma competência apropriativa das lógicas das redes de comunicação digital para estruturar planejamentos, ações e mobilizações de distintas ordens, a partir da organização em rede. (CASTELLS, 2013). É importante salientar que esta capacidade tem raízes históricas, sendo construída progressivamente desde uma cultura ciberativista forjada em meados da década de 1960, que já concebia a comunicação como direito humano fundamental para o desenvolvimento coletivo e para a promoção da cidadania. Assim, os movimentos sociocomunicacionais contemporâneos recuperam elementos já propostos por uma cultura ciberativista de longa data, readaptando pressupostos e ações dentro das dinâmicas despertadas e oferecidas pelo âmbito da comunicação digital.

É necessário reconhecer, também, que a constituição de ações em rede nos movimentos sociais é anterior à internet⁵ e que as experiências contemporâneas apontam para a formação de redes multimodais, que vinculam processos digitais com outros processos comunicacionais, incluindo os presenciais. (CASTELLS, 2013).

Ao focalizarmos nosso olhar nos partícipes de movimentos sociocomunicacionais, avistamos a emergência de sujeitos mais engajados, atravessados por elementos de uma nova cultura cívica, política e cidadã. Nesse sentido, as argumentações construídas por Castells (2013, p.14) corroboram nossa concepção, destacando que, no cerne das movimentações sociocomunicacionais, “a verdadeira transformação estava [está] ocorrendo na *mentalidade das pessoas*”, ou seja, na construção de uma nova cultura política e cidadã, alimentada por processos de participação, discussão e organização possibilitada pelas redes digitais de comunicação.

Pensando, portanto, o papel da internet para o exercício de práticas potencializadoras da construção de cidadania reconhecemos,

⁵ Ver neste sentido as análises de Maria da Glória Gohn (2010) e de Ilse Scherer Warren (2006), relativas aos movimentos sociais brasileiros.

compartilhando a visão de Moglen (2012), que ela contribuiu significativamente para que o direito à informação e à comunicação, como necessidade humana, social e política, fosse expandido, mesmo que o acesso ao mundo digital não tenha se estendido a todas as pessoas de maneira igualitária. São consideráveis, também, os movimentos em direção à quebra das restrições impostas às informações confidenciais, protegidas por direitos autorais, políticas e econômicas – e que são estratégicas – embora estes sejam passos que se ampliam lentamente e que se encontram em constante embate com poderes hegemônicos socialmente vigentes.

Mas estas possibilidades podem, também, ser seletivas e excludentes. Como observa Moglen (2012), o cenário contemporâneo é atravessado por interesses político-sociais hegemônicos, detentores de poder de cerceamento e de subjugação das potencialidades ofertadas pelos meios digitais de comunicação. Em termos de participação e de produção midiática, condicionamentos impostos por grandes plataformas e por movimentos de controle e espionagem sinalizam uma limitação das possibilidades de formação de sujeitos autônomos, comunicantes e cidadãos. Nesse cenário, uma mesma tecnologia digital se coloca como detentora de funções distintas: por uma parte pode contribuir para movimentos de conquista da cidadania comunicativa; por outra, realimentar uma estrutura baseada em antagonismos de classes, interessante à elite político-social e comunicacional, mas que cerceia e restringe a participação, a produção e a cooperação cidadã dos sujeitos.

Mattelart (2009) e Mattelart e Vitalis (2015) também contribuem para esta discussão ao demonstrarem, fundamentados em dados investigativos, que vivemos em um *mundo vigiado*, no qual o controle, onipresente e constante, é potencializado pelas tecnologias de informação e de comunicação postas a serviço do cotidiano. O alerta dos autores tem como foco as políticas de controle e de espionagem impostas principalmente pelo governo estadunidense, embasadas por aparatos judiciais, legislações e até mesmo pelo incentivo e fortalecimento de iniciativas privadas nesse âmbito.

Essas ações de vigilância e de controle afetam as práticas comunicacionais cotidianas dos sujeitos ao redor do mundo e levam a considerar que os movimentos de mudança social, de constituição de contrapoder e de visibilização das minorias culturais/sociais ao redor do mundo estão sob vigilância e potenciais tentativas de controle por parte desses poderes. Os contrapontos elaborados por estes autores são fundamentais para problematizar as possibilidades de constituição de cidadania comunicativa no cenário digital, dado que os movimentos de cerceamento às possibilidades de participação, interação e produção sociocomunicacional são limitadores às práticas comunicativas desempenhadas pelos sujeitos.

Detalhando melhor o conceito de cidadania com o qual operamos, compartilhamos com Cortina (2005) a visão de que as transformações vivenciadas pelas sociedades contemporâneas demandam repensar o conceito e ampliá-lo para além de sua compreensão jurídico-política. Uma perspectiva de cidadania renovada necessita considerar tanto dimensões vinculadas à esfera dos sujeitos, concebidos em suas múltiplas heterogeneidades (culturais, sociais, econômicas, políticas, psicológicas, etc.), quanto à forma como eles interagem entre si e com as suas comunidades.

Nosso entendimento sobre este conceito também considera que ele se encontra em construção, na medida em que renovadas posturas, atividades, produções, formas organizativas de geração de relações e comunicação em redes são criadas, atravessadas e problematizadas por contextos múltiplos. Nesse sentido, em perspectiva histórica, a complexificação do conceito de cidadania já demonstra seu avanço na direção de confrontação e agregação de pressupostos para além do campo jurídico, de modo a incorporar dimensões socioculturais, econômicas, civis e educacionais. (CORTINA, 2005).

Na problematização do conceito de cidadania, compreendemos a noção de pertença a uma sociedade, como pensado por Cortina (2005), como uma via de criação de sentidos e de reconhecimento comunitários que necessita ser trabalhada dentro do tecido social de forma que os sujeitos entendam que as suas participações dentro das comunidades onde existem são importantes para o desenvolvimento da mesma, desvinculando-se de uma postura individualista.

Também vemos a necessidade de conceber as identidades de maneira não redutora, de modo a considerar a existência de identidades plurais, tendo no horizonte a igualdade na dignidade e não somente na esfera econômica ou jurídica. Isso se vincula à busca por uma cidadania intercultural que reconheça, respeite e assuma as diferenças no cerne de suas dinâmicas. Avistando as realidades contemporâneas, visualizamos a necessidade urgente do respeito às alteridades, a outras formas de expressão, de ideias, às culturas e à integralidade humana, nas suas mais variadas manifestações, que devem pautar, também, as produções no campo comunicacional.

As proposições de Cortina (2005) ajudam a conceber a cidadania como um conceito mediador complexo, no qual múltiplas dimensões precisam se encontrar em uma confluência-movediça, de modo a permitir atravessamentos, entradas e saídas de perspectivas produzindo, inclusive, rearranjos epistêmicos na sua concepção. Nesta compreensão, o conceito de cidadania estaria permeado por dimensões outras, como a ética, a

cultural, a acadêmica, a científica, a educativa e, de maneira singular, a *comunicativa*.

Retomando algumas das formulações de Castells (2011, 2013), pensamos que, no cenário contemporâneo da sociedade multimidiatizada, o direito à comunicação, potencializado através dos dispositivos tecnológicos e das redes digitais, se configura como um dos elementos principais para o desenvolvimento da cidadania, sendo pauta de discussões realizadas pela Unesco, desde a década de 1960.

Como enfatiza Peruzzo (2007), a comunicação é uma dimensão fundamental para o exercício da cidadania de todos os sujeitos. Aos indivíduos partícipes destes processos, o surgimento das redes digitais de comunicação abriu possibilidades de criação de laços de pertença com suas comunidades, de afetações dentro dos seus cenários constitutivos, de modo que os mesmos reconheçam-se como sujeitos comunicativos, importantes e participantes no interior das dinâmicas decisórias, configurando o que se tem compreendido por movimentos de construção e de exercício da cidadania.

Nossa concepção de cidadania comunicativa inclui, também, pensá-la como um exercício e um direito humano essencial de requerer e reelaborar outros mundos possíveis, voltados à emancipação social em múltiplas dimensões, através da utilização refletida dos universos comunicacionais e midiáticos e de suas estratégias de produção e de circulação de sentidos. Desse modo, a comunicação se coloca como elemento vital à cidadania, porque é constitutiva da construção cotidiana das mais variadas dimensões-cidadãs. Também, porque viabiliza ações de visibilização na esfera pública por parte de sujeitos, cujas realidades nem sempre são parte das construções midiáticas hegemônicas.

Pensar a cidadania comunicativa, a partir desta perspectiva, inclui reconhecer que democratizar a comunicação é um passo imprescindível para a constituição de construções midiáticas, nas quais coexistam processos de abertura e de reconhecimento às diferenças. No processo de democratização integral que pensamos, grupos minoritários, de formações multiculturais híbridas, novas, contra-hegemônicas, não podem mais ser colocados em setores periféricos da representação midiática, mas devem dividir espaços com as demais construções hegemônicas, de maneira a sustentar e fomentar seu reconhecimento e sua importância, dentro do tecido social contemporâneo.

Os pressupostos trabalhados por Santos (2008) também são produtivos para problematizar a cidadania, ao pensarmos as possibilidades de construção de sentidos contra-hegemônicos, as potencialidades para o estabelecimento de renovadas relações entre os sujeitos, entre eles as mídias

e, mais amplamente, entre as mídias e as formações socioculturais. Ao defender o ideal de um movimento de *globalização contra-hegemônica*, o autor pensa numa proposta de desenvolvimento baseado nos princípios da igualdade e do reconhecimento.

Desse modo, vemos a necessidade de ruptura com os processos da globalização hegemônica, marcadamente seletiva e excludente, que nega a diversidade sob o prisma da dominação e da subjugação sociocultural. A construção desta contra-hegemonia passa, necessariamente, pela constituição de uma nova cultura política orientada à sociabilidade e à constituição dos sujeitos, de modo a permitir que se construam subjetividades próprias de emancipação.

Dentro desta concepção, a construção de uma nova cultura política perpassa integralmente o âmbito da comunicação (e de suas tecnologias), pois é através dela que novas dimensões políticas, subjetivas, emancipatórias, críticas e novas posturas participativas e cidadãos podem ser trabalhadas e desenvolvidas na esfera sociocultural e comunicacional. Compreendemos que é na ação comunicacional cotidiana que o trabalho para a emancipação crítica se realiza, a partir de práticas comunicativas que propiciem o debate, a reflexão e a transformação social; que levem os sujeitos a desenvolverem possibilidades emancipatórias em âmbitos político, cultural e social, bem como viabilizem seu direito à expressão, à informação e à comunicação, construídos de forma dialógica e democrática. Os processos de comunicação voltados à cidadania necessitam almejar a transformação social e devem ser concebidos e realizados de maneira a tornar as pessoas partícipes dos mesmos, possibilitando seu crescimento integral. (PERUZZO, 2007; SANTOS, 2008).

Retomando pressupostos trabalhados por Castells (2013) em consonância com Cortina (2005), visualizamos nas atividades de movimentos sociais, interligados à comunicação, práticas com possibilidades desencadeadoras de transformações socioculturais. Argumentamos isso compreendendo que, ao suscitar a construção de uma consciência crítica coletiva nos sujeitos, tais práticas podem contribuir para que os processos transformadores ocorram nas mentalidades dos mesmos, fazendo com que se processe uma experimentação e um exercício de aprendizado cidadão, atravessado pelo reconhecimento de si como sujeitos críticos, reflexivos, partícipes e imbuídos de autonomia social, cultural, comunicacional e política.

3 Educomunicação: uma via produtiva ao desenvolvimento da cidadania comunicativa no ambiente digital

No campo da educomunicação, tem-se trabalhado pressupostos para fundamentar práticas de caráter educativo orientadas ao reconhecimento das variadas construções de mundo elaboradas pelos meios de comunicação; à melhoria das capacidades expressivas, de relacionamento em comunidade e de formação de identidades; ao incentivo a processos de ensino e aprendizagem, por meio da utilização e apropriação inventiva, criativa e comunitária dos meios de comunicação, bem como, à democratização do acesso dos cidadãos às práticas de produção e circulação da informação. (BACCEGA, 2010; SANTOS, 2008; CITELLI, 1999). Ou seja, são práticas educativas que promovem a construção e o exercício de dimensões vinculadas à comunicação, que entendemos serem constitutivas da cidadania comunicativa.

Pensamos que os meios de comunicação são espaços-chave para a constituição e o exercício da cidadania na sociedade contemporânea. As práticas comunicativas dos sujeitos em relação aos meios, especialmente os digitais, podem possibilitar o acesso a informações relevantes para a ação, constituição de vínculos, organização, gestão e produção comunicativa de coletivos, redes e movimentos sociais que atuam em prol da cidadania em múltiplas dimensões. Podem, ainda, potencializar a existência pública dos sujeitos e de suas comunidades, grupos, coletivos e movimentos. Assim, o acesso e conhecimento das diferentes etapas da construção da informação e o exercício efetivo destas possibilidades pode propiciar um aumento do poder social dos sujeitos. (CAMACHO AZURDUY, 2007; CASTELLS, 2013; MATA, 2006; PERUZZO, 2007).

Alimentamo-nos de concepções que consideram a cidadania e seu exercício um direito humano essencial e que a comunicação, como dimensão constitutiva da construção da cidadania, em suas várias dimensões, é também um direito fundamental. As proposições elaboradas por Mata (2006) e Monje et al. (2009) enriquecem nossa perspectiva por reconhecerem a comunicação como elemento central à cidadania, ao possibilitar, entre outros aspectos, a visibilização, expressão e presença emancipadora dos sujeitos na esfera pública.

Peruzzo (2007, p. 19) contribui com nossa perspectiva ao argumentar que “o ciberespaço é um novo ambiente para se exercitar a cidadania comunicacional, facilitado pelas possibilidades oferecidas pela interatividade, pelo intertexto e pela comunicação de todos com todos”. De acordo com esta autora, o ambiente digital representa uma possibilidade

de exercício da liberdade da comunicação, ainda que existam fatores que limitam este exercício, como a falta de acesso às infraestruturas necessárias e à educação para a utilização das novas tecnologias. Nesse sentido, a participação na comunicação, por parte dos sujeitos se torna uma estratégia para ampliar a cidadania e se constitui como um processo educativo, na medida em que pode colaborar para o desenvolvimento dos sujeitos em diversos âmbitos.

Pensamos, também, que a cidadania comunicativa não se constrói apenas pela abertura da possibilidade de dar voz aos sujeitos. As pessoas detêm competências e capacidades oriundas de suas culturas, de relações de longo tempo com as mídias e seus produtos, bem como, com o próprio ambiente da internet. Estão inseridas em contextos e fazem parte de redes sociais, com as quais interagem no cotidiano. É necessário olhar para os processos educomunicativos analisando, para além dos produtos midiáticos produzidos pelos sujeitos, as dinâmicas de discussão, diálogo, reflexão, debate e mobilização por eles realizados em suas realidades cotidianas. Os usos das tecnologias de comunicação a serviço de exercícios cidadãos, as práticas colaborativas, comunitárias e solidárias, que podem manifestar-se nessa imbricação, são elementos importantes e produtivos para a compreensão dos fenômenos educomunicativos contemporâneos.

Nesta perspectiva, a argumentação de Huergo (2001) é cara à proposta que trabalhamos, na medida em que questiona o lugar das tecnologias comunicacionais inseridas nos contextos educativos, no sentido de que suas meras utilizações podem reproduzir e fortalecer uma educação tecnológica, deixando de aproveitar as produções de conhecimentos socioculturais provocadas nos sujeitos a partir das mesmas.⁶

Nossa concepção sobre as tecnologias de comunicação se alinha às preocupações deste autor; a compreensão sobre a cidadania comunicativa com a qual trabalhamos nos leva a pensar que as concepções educomunicativas necessitam afastar-se de abordagens instrumentais relacionadas à transmissão unilateral do conhecimento, nas quais práticas pouco aprofundadas epistêmica e teoricamente frágeis correm o risco de se desenvolver.

⁶ A perspectiva crítica de Huergo (2001) nos convida a pensar se as tecnologias de comunicação e informação colocadas como alternativa à crise educativa avistada contemporaneamente não estão se transformando em novos “livros”, mantendo intactos os regimes tecnocráticos e disciplinares vinculados à concepção transmissional do conhecimento. Deste modo, abordagens pedagógicas que apenas consideram o uso das tecnologias comunicacionais não seriam suficientes para romper com as dificuldades e necessidades de adaptação dos processos de ensino-aprendizagem aos contextos multimidiatizados e às características dos sujeitos contemporâneos envolvidos neles.

A presença gradativamente mais ampla das tecnologias comunicacionais, dentro dos processos educativos, nas práticas sociais, coletivas e criativas, é evidente e configura um processo sem volta. Entretanto, nossas observações e análises destacam que a natureza sedutora, e algumas vezes excludente da tecnologia, não problematizada e não tensionada em termos dos propósitos de uma comunicação cidadã, empobrece práticas e projetos educacionais, deixando de fora questões fundamentais para a conquista e experimentação da cidadania comunicativa.

Diante destes horizontes, construímos uma concepção que considera que uma teoria da cidadania não pode ser realizada somente pela racionalidade em termos de justiça, de direitos civis, de concepções advindas do campo jurídico. Nossa proposição tem, como elemento central, a ideia de que a comunicação é componente propulsor e despertador de práticas cidadãs nos sujeitos, oportunizando que os mesmos sintam-se participativos, afetados, empoderados, motivados, enfim, comunicativos dentro de suas comunidades. (SAGGIN; BONIN, 2016).

A perspectiva educacional que pensamos se alicerça na concepção de que o desenvolvimento de práticas e de processos de comunicação problematizados dentro da perspectiva cidadã precisa considerar elementos que compõem o cerne das dinâmicas sociais concretas. Neste sentido, o comprometimento com as dimensões políticas, sociais e comunitárias relacionadas às histórias de lutas e avanços socioculturais e socioeconômicos de cada contexto, é formador de horizontes epistemológicos de referência a esta concepção. Desta maneira, concebemos que as práticas e os processos educacionais necessitam ser pensados nos sentidos gerados nos sujeitos, a partir das dinâmicas sociais potencializadas, e não somente nas transformações técnicas possibilitadas. Compreendemos, também, que perpassa o âmbito da cidadania comunicativa a busca pelo desenvolvimento de ações que potencializem o bem comum e que transcendam os ambientes escolares formais, podendo ser carregados e repensados nos mais vastos horizontes cotidianos dos sujeitos. (SAGGIN, 2016).

Por fim, entendemos que experiências em educação têm oferecido diferentes perspectivas de constituição emancipadora, a partir de tentativas de inclusão sociocultural e comunicacional de comunidades em distintos cenários econômicos, políticos e culturais. Estas experiências apontam para o que temos pensado como potencialidades de desconstrução dos modelos de distribuição e representação hegemônicos vivenciados, possibilitando a reconstrução de alternativas outras, fundamentadas em princípios mais heterogêneos, horizontais e democráticos.

Referências

BACCEGA, Maria Aparecida. Construindo a cidadania nas inter-relações comunicação, educação e consumo. *Conexiones: Revista Iberoamericana de Comunicación*, São Paulo/Barcelona, v. 2, n. 2, p. 29-40, 2010.

BONIN, Jiani Adriana. Problemáticas metodológicas relativas à pesquisa de recepção/produção midiática. In: MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). *Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil*. Salamanca, Espanha: Comunicación social ediciones y publicaciones, 2014. p. 41-54.

BONIN, Jiani Adriana. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. (Org.). *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2016. p. 213-231.

CAMACHO AZURDUY, Carlos Alberto. *Cultura de transparencia el derecho humano a la información en el desarrollo de la ciudadanía comunicativa en Bolivia (1997-2007)*. La Paz: Hebrón, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CITELLI, Adilson. *Comunicação e educação: a linguagem em movimento*. São Paulo: Senac, 1999.

CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

HALL, Stuart. Codificação e decodificação. In: _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte / Brasília: Editora UFMG /Unesco, 2009. p. 387-404.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referenciais a publicações e divertimentos*. Lisboa: Presença, 1973.

HUERGO, Jorge. *Comunicación/educación: ámbitos, prácticas y perspectivas*. La Plata: Ed. de Periodismo y Comunicación, 2001.

MALDONADO, Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: _____ (Org.). *Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil*. Salamanca/Espanha: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014. p. 17-40.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006.

MATTELART, Armand. *Un mundo vigilado*. Barcelona: Paidós, 2009.

MATTELART, Armand ; VITALIS, André. *De Orwell al cibercontrol*. Barcelona: Gedisa, 2015.

MATA, Maria Cristina et al. Ciudadanía comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos. In: PADILLA FERNÁNDEZ, Adrian. *Metodologías transformadoras: tejiendo la red en comunicación, educación, ciudadanía e integración en América Latina*. Caracas: Fondo Editorial Cepap – Universidade Nacional Experimental Simón Rodríguez (NESR), 2009. p. 179-199.

MOGLEN, Eben. El manifiesto puntoComunista. In: LAGO, Silvia (Comp.). *Ciberespacio y resistencias: exploración en la cultura digital*. Buenos Aires: Hekht Libros, 2012. p. 69-81.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *Lumina*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-29, jun. 2007.

_____. A comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com cibercultur@. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 21., 2012, Juiz de Fora. *Anais eletrônicos...* Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1803.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

SAGGIN, Livia Freo; BONIN, Jiani Adriana. Problematizações para pensar as apropriações/produções digitais de jovens. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 25., 2016, Goiânia. *Anais eletrônicos...* Goiânia, 2016. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/comp%C3%B3s2016_3433.pdf Acesso em: 30 jul. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma epistemologia do sul. In: _____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. *Matrizes*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 13-19, jan./jun. 2014.

WARREN, Ilse Scherer. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

